

RECENSÕES CRÍTICAS

António Romão, *Portugal face à C.E.E.: uma avaliação global do processo de integração económica (1960-1980/82)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, 339 p. (Prefácios de Gérard Destanne de Bernis e Francisco Pereira de Moura).

Este livro de A. Romão, resultado da sua tese de doutoramento, constitui, a diversos títulos, uma importante contribuição para o conhecimento da economia portuguesa. Trata-se, em primeiro lugar, de um estudo centrado num dos mais candentes temas de actualidade nacional — a integração na CEE — e chega numa altura em que o debate tende a tornar-se mais vivo, pela aproximação do fim das negociações com vista à adesão de Portugal à Comunidade. Trata-se, em segundo lugar, de uma análise que ultrapassa a limitada perspectiva habitual da abordagem do tema entre nós em termos de integração *formal* (fórmulas político-jurídicas) e de efeitos da integração a curto prazo (problemática das uniões aduaneiras), situando-se, logo à partida, na óptica da integração *real* (processo de transnacionalização do capital e efeitos estruturais). Trata-se, por fim (sem esgotar, evidentemente, os méritos da obra), de uma tentativa de aplicação de um novo método de análise em termos de *regulação*, com recurso ao conceito central de *sistema produtivo*, método através do qual se procura apreender, simultaneamente, as condições da *coerência* e da *dinâmica* de uma economia, ultrapassando, assim, as dicotomias das problemáticas convencionais.

O autor começa por formular a seguinte questão: «Qual é, ou deverá ser, a inserção do país nas relações internacionais?» (p. 17), a qual, transposta para o seu campo específico de estudo, o leva a perguntar(-se): «Quais serão as repercussões da integração real da economia portuguesa, reforçada pela adesão à CEE, sobre o grau de coerência do sistema produtivo português?» (p. 39). A resposta é-nos dada pela sua tese central: «A integração real de Portugal, reforçada pela adesão à CEE, vai implicar o enfraquecimento da sua posição no quadro da divisão internacional do trabalho, através da redução do seu grau de coerência interna e, logo, colocar o país numa situação mais vulnerável face a centros de decisão exteriores» (p. 39). A demonstração desenrola-se em torno de quatro temas principais.

O primeiro, é o da *autonomia interna* (nacional) do *processo de acumulação* (Capítulo II). Procura-se avaliar, neste capítulo, em que condições se realiza a acumulação partindo de determinadas decisões de investimento, cujas motivações serão examinadas com maior profundidade nos capítulos seguintes. Os pontos de aplicação da análise são, essencialmente, três.

No domínio da *tecnologia*, o autor chega à conclusão de que a importação deste factor de produção apresenta características de forte concentração tanto na sua origem (compramos muito a um número reduzido de países), como no seu destino (é aplicada num número restrito de sectores da indústria portuguesa: química, electromecânica, electrónica, papel, têxtil e poucos mais). Por outro lado, ao nível do seu conteúdo, verifica-se que é grande o peso das actividades de estudo e *engineering* (fase de concepção), assim como o do *know-how* e o da assistência técnica, o que significa que a dependência portuguesa neste campo atravessa todas as fases do processo de importação-utilização. Constata-se, finalmente, que é grande o custo directo da importação e que são severas as cláusulas restritivas inscritas nos contratos.

No que concerne à I&D, a fraqueza nacional é enorme e é impossível supri-la com base numa estratégia estritamente mercantil. Se bem que a ciência e a tecnologia sejam objecto de compra e venda nos países mais avançados, como qualquer outra mercadoria, um país industrialmente atrasado como Portugal tem que definir uma política científica nacional de longo prazo que promova de imediato a investigação, sabendo embora que alguns dos melhores frutos desta só poderão aparecer amanhã.

Neste contexto, a base de produção de *bens de equipamento* já existente em Portugal apresenta uma grande vulnerabilidade e corre o risco de se perder. De facto, os sectores mais importantes nesta produção encontram-se actualmente, na sua maior parte, nas mãos do Estado ou do capital estrangeiro, o que não parece constituir uma combinação esperançosa, pelas duas seguintes razões. Este último segue, naturalmente, a sua estratégia própria, a qual, só por coincidência, corresponde aos interesses portugueses; o primeiro está, evidentemente, submetido às preferências das forças políticas no poder, as quais, como se tem verificado desde 1977, resultam, em larga medida, de solidariedades estabelecidas, directa ou indirectamente, entre estas forças e aquele capital.

O segundo tema de análise é o das condições da *formação e da repartição dos rendimentos* (Capítulo III). O autor chega à conclusão de que as condições em que se formam os rendimentos em Portugal e em que se realiza a sua repartição se encontram cada vez mais dependentes de factores exteriores à medida que se reforça a internacionalização da economia nacional.

Assim, a competitividade da especialização portuguesa tem assentado, a longo prazo, nos salários baixos pagos à mão-de-obra residente, aliados às boas qualidades dos trabalhadores nacionais. Só recentemente se recorreu ao expediente da desvalorização da moeda como paliativo para o excesso de dificuldades conjunturais e tal recurso, afinal, mais não faz do que deixar a *nu* a fraqueza intrínseca daquela especialização.

Por outro lado, a *emigração* vem constituindo, desde o começo dos anos 60, um suporte do nível de vida de algumas famílias pelo suplemento de receitas que traz, ao mesmo tempo que pressionou à alta dos salários pela rarefacção relativa de mão-de-obra que provocou em certas fases (finais daquela década) e que se tornou numa importante fonte de divisas para o país.

Também ao *turismo* é imputável uma parte da determinação dos rendimentos, embora a influência deste factor se faça sentir muito desigualmente segundo as regiões. Assim, nas zonas mais beneficiadas

(especialmente o Algarve), contribuiu para a elevação do nível do emprego, dos salários e do consumo, ao mesmo tempo que conduziu à valorização de certos produtos locais e à reanimação de algumas actividades (comércio, construção, etc.).

Em quarto lugar, às FTN (Firmas Transnacionais) cabe uma parcela importante destas condições, embora a influência directa destas empresas seja reduzida a nível global e se faça sentir sobretudo em certos sectores (química, electromecânica, pasta para papel...). A sua presença nota-se, designadamente, ao nível do emprego (procura de trabalho e oferta de salários mais altos em certos períodos, assim como ameaças de desemprego e pressão à baixa salarial noutros períodos) e da emigração (redução do fluxo de saídas).

Por fim, no contexto das dificuldades dos últimos anos (desequilíbrio externo, inflação interna) os factores exógenos têm reforçado a sua influência pela via da *dependência financeira*. O crescente endividamento externo tem tido por corolário a baixa dos salários reais e o reforço da concentração dos rendimentos.

No capítulo IV, A. Romão analisa as *relações intersectoriais* através das matrizes nacional e global de bens intermédios. Recorrendo às matrizes comparáveis de 1959, 1964, 1970 e 1974, conclui por um adensamento da matriz ao longo dos anos 60 e por uma tendência para a deterioração das relações intersectoriais internas entre 1970 e 1974. Não tendo ainda utilizado (por não estarem disponíveis no momento da redacção do texto) os dados relativos à matriz de 1977, deixa esta última conclusão em suspenso, à espera de verificação através dos dados posteriores, que, pode agora afirmar-se, confirmam efectivamente aquela tendência.

Pelo próprio alcance do instrumento de análise utilizado, pode dizer-se que estas conclusões são particularmente significativas. Mostram-nos que, na primeira fase da sua reabertura ao exterior (anos 60), a internacionalização da economia portuguesa se fez acompanhar por um reforço da coerência interna desta economia, mas que o modelo adoptado não garantiu (não garante) um autocentramento sistemático e irreversível do sistema produtivo, deixando, pelo contrário, a *nu* na segunda fase (anos 70) a vulnerabilidade inerente à extroversão da economia. A interpretação das tendências verificadas ganharia, todavia, com um afinamento da análise, designadamente nos seguintes pontos.

Em primeiro lugar, importaria não confundir o adensamento da matriz com nenhum dos seus aspectos particulares. Depois de se ter proposto uma tripla perspectiva de análise (p. 158) — *diversidade* dos fluxos, *intensidade* e *orientação* — o autor parece privilegiar o primeiro aspecto, sem razão aparente.

Em segundo lugar, as conclusões extraídas da evolução do peso dos consumos intermédios no *input* total prestam-se a equívoco, por um lado, e não vão até onde poderiam ir, por outro. Assim, o aumento da importância relativa destes consumos não significa necessariamente, ao contrário do que é sugerido, adensamento da matriz, mas apenas modificação da estrutura do produto. Por outro lado, é nítido o reforço da dependência em relação aos *inputs* intermédios de origem externa ao longo de todo o período observado, tornando-se, assim, necessário dissociar este movimento do primeiro, com o qual se confunde em certos subperíodos, mas não noutros.

Por fim, a explicação proposta para o adensamento da primeira fase (internacionalização dos mercados) e para a deterioração das

relações internas na segunda (internacionalização da produção) para além de carecer de aprofundamento, parece ser problemática e contraditória, em parte, com o próprio pensamento do autor. De facto, Romão defende (e parece-nos que bem) a tese de que esta última internacionalização não teve, até hoje, em Portugal um papel determinante na acumulação, não lhe podendo, por isso, ser imputável a responsabilidade por aquela deterioração. Pensamos, ao contrário, que a explicação da tendência verificada na segunda fase deve ser procurada na própria lógica da acumulação na primeira fase, pois é permitido supor que ela é um corolário do próprio modelo exportador que vigorou nas duas fases.

É claro que para além destes pontos de reflexão sugeridos pelas conclusões do autor, encontra-se em aberto a própria revisão do método de análise. De facto, o recurso a este instrumento analítico serve optimamente os fins duma análise do grau de *autarcia* duma economia, mas carece de readaptação no quadro duma análise do grau de autonomia possível numa economia fortemente internacionalizada, como não pode deixar de ser o caso de Portugal. Assim, a quantificação das relações de interdependência através dos indicadores habitualmente utilizados tem que ser completada por uma análise qualitativa da estrutura produtiva que permita ultrapassar o problema insolúvel da determinação de limiares estatísticos de dependência/coerência interna.

No último capítulo do livro (Capítulo V), o autor aborda o tema da *circulação intersectorial dos capitais no interior do sistema produtivo* com vista à identificação das condições da coerência deste sistema ao nível das decisões de investimento. As suas conclusões podem resumir-se do seguinte modo.

A circulação dos capitais de uma indústria para outra tem encontrado restrições de diferentes tipos ligadas aos obstáculos à livre concorrência que têm existido no interior do sistema produtivo português, pelo que não se têm encontrado asseguradas as condições da coerência da economia num regime de mercado. Refere-se, em primeiro lugar, a acção do *condicionamento industrial* e, em seguida, a emergência de grandes grupos financeiros e de *monopólios de facto* (concentração industrial), os quais, segundo o autor, resultaram, em larga medida, do próprio condicionamento. São mencionados ainda mais dois factores impeditivos da plena concorrência e da livre circulação intersectorial dos capitais: a existência de sectores nacionalizados vedados à iniciativa privada e o alargamento do espaço da concorrência no quadro da internacionalização com o seu acréscimo de barreiras à entrada resultante do confronto com empresas mais poderosas.

Reconhece-se na introdução desta perspectiva de análise, em combinação com as outras já referidas, um dos méritos da teoria da regulação. O discurso do economista deixa de se circunscrever a dois ou três temas privilegiados, segundo critérios por vezes incompreensíveis, para romper as fronteiras da sua insuficiência e se enriquecer abrangendo domínios até aí isolados uns dos outros. A análise feita pelo autor neste último capítulo do livro, merece-nos, contudo, dois reparos principais.

Em primeiro lugar, carecia de ser completada com uma análise da concorrência intra-sectorial como factor de *dinamismo* do sistema produtivo. No quadro da teoria da regulação estes dois aspectos da

concorrência são indissociáveis, como o são a coerência e a dinâmica da economia.

Em segundo lugar, é problemática a associação da concentração do capital ao condicionamento industrial. Tal interpretação parece-nos resultar de uma visão incompleta deste regime industrial, pois, em rigor, a concentração não pode ser considerada um produto genuíno do condicionamento, mas antes um seu subproduto.

Para além dos pontos mais discutíveis desta obra, permanecem, todavia, os seus meritos inegáveis. Não é, aliás, pequeno merecimento o facto de suscitar discussão. Este livro vale ainda a pena ser lido com atenção pelas propostas alternativas apresentadas pelo autor, na sequência das suas conclusões, à adesão à Comunidade europeia nos termos em que tem sido preparada.

Alfredo Marques

Stuart Holland (org.) — *Sair da crise — um projecto europeu*, Introdução de João Cravinho e de Joaquim Mestre, Lisboa, A Regra do Jogo, Coleção Alternativas.

A primeira vantagem da leitura do livro agora editado pelas edições A Regra do Jogo é o de se inserir num debate que neste momento ganhou uma enorme importância em todo o mundo, e por maioria de razão ganhou um relevo muito especial no nosso país: como sair da crise, que propostas de desenvolvimento, que novo modelo de sociedade.

São sobejamente conhecidos os efeitos da crise económica internacional: o desemprego, a baixa da produção, a quebra no investimento, o endividamento externo, a inflação, apenas para citar os mais conhecidos. Após aproximadamente 25 anos de crescimento impetuoso da produção (de 1940 a 1968 nos Estados Unidos e de 1947 a 1965 na Europa Ocidental e no Japão) a economia capitalista mundial esgota as condições particulares que originaram a prosperidade e entra numa fase de crise.

A causa fundamental deste declínio reside no nível demasiado baixo atingido pela taxa média de lucro (em relação a uma taxa média de lucro julgada suficiente) a partir dos fins dos anos 60. E não se trata duma baixa conjuntural já que as recuperações que entretanto se produziram foram sempre hesitantes e moderadas. Logo, para sair *duravelmente* da crise em que o capitalismo internacional mergulhou há quase quinze anos é necessária *uma reestruturação fundamental que mude o quadro social no qual se move o modo de produção capitalista*. Daqui que se tenha tornado mais ou menos corrente o emprego do vocábulo *estrutural* (nem sempre no mesmo sentido) para caracterizar a presente crise da economia mundial ou da própria economia portuguesa.

E aqui encontramos uma segunda vantagem na leitura deste livro: ele procura, por um lado, tratar as causas e as perspectivas da crise internacional mas no âmbito da Europa Ocidental, e por outro lado, tenta identificar a crise da economia portuguesa. Ora se esta última mergulha muitas das suas raízes na primeira, a verdade é que a sua especificidade ultrapassa em muito aquela determinância, por um motivo muito simples: a economia portuguesa não é uma economia desenvolvida.

A componente principal desta publicação é constituída por um documento de trabalho apresentado no Forum Internacional para uma Política Social e Económica (IPSE) (agrupamento ligado à Internacional Socialista) realizado em Março de 1983 em Paris para reflectir os problemas económicos e sociais da Europa Ocidental. Por isto, João Cravinho e Joaquim Mestre (que juntamente com Trigo de Abreu, Lopes Cardoso, Carlos Carvalho, Victor Constâncio, Torres Couto, Jorge Sampaio e Francisco Soares estiveram presentes nos trabalhos) escreveram um prefácio que procura enquadrar os problemas da economia portuguesa no âmbito daquela reflexão de conjunto. E aqui reside, para o leitor, a primeira debilidade.

Isto porque, apesar de referirem que «o nosso problema tem raiz estrutural», de explicitarem que o falhanço ds políticas empreendidas nos últimos anos resulta delas não terem «conseguido consolidar processos de regulação susceptíveis de viabilizar sustentadamente um sistema produtivo nacional» (uma versão da teoria da regulação), de correctamente reconhecerem que é «na conjuntura, em cada conjuntura que necessariamente se tem de agir sobre a estrutura» (ultrapassando a concepção que agora domina o discurso oficial segundo a qual se devem primeiro estabilizar as variáveis de âmbito conjuntural e depois lançar medidas estruturais de desenvolvimento), apesar de tudo isto as propostas concretas para a sociedade portuguesa são uma sobreposição das propostas gerais do texto seguinte, com excepção de duas notas que começam a fazer carreira nos nossos debates — a referência à oportunidade (perda) para criar uma nova classe empresarial e à necessidade de aproveitar os efeitos da terceira revolução industrial. Concordemos que é bem pouco para a complexidade das questões que estão em causa.

Ora o problema torna-se ainda mais complexo quando analisamos o texto de fundo. Aí as dúvidas são ainda maiores. Começam logo na caracterização das causas da actual crise — «Embora sejam de vária ordem as causas subjacentes, o factor dominante e principal na actual crise é a deflação através dos cortes na despesa e na procura». Adota-se o ponto de vista keynesiano contra as práticas inflacionistas pelas ideias e pelas receitas monetaristas.

Mas monetaristas e keynesianos (estes numa base reformulada, como acontece neste caso) representam duas vertentes inseparáveis da actual crise, e por isso, nenhuma das duas pode por si mesma explicá-la e muito menos ultrapassá-la. A deflação imediata provoca o colapso e a ruína de largos sectores da indústria menos rentáveis, e por isso é essencial ao processo de desvalorização de capitais que antecede qualquer recuperação duradoura da taxa de lucro; mas tem consequências sociais explosivas e exige uma relação de forças largamente desfavorável ao movimento operário que ainda não existe. Por sua vez as técnicas de reactivação keynesianas provocam uma inflação desregrada que impede o funcionamento do sistema, pois assenta num largo endividamento e numa expansão do crédito que nas circunstâncias actuais está em permanente ameaça de ruptura. Como a aplicação exclusiva de cada uma das soluções está adiada ou bloqueada, a política económica dos governos dos países capitalistas é um compromisso entre as duas.

Daqui o carácter discutível das soluções que se propõem — que assentam na redeflação, aliada a movimentos de reestruturação e de redistribuição de recursos que estimulem a apropriação de sectores estratégicos pelo Estado, um amplo sector privado e a formação dum

sector associativo da economia (sector alimentado por esquemas de poupança dos trabalhadores entre os quais as dos sindicatos). Todo este movimento apoia-se na utilização dum mecanismo de planeamento contratual, assim chamado por envolver o apoio de relações sociais de consenso, necessárias à realização dum cenário do futuro. Nesta linha inserem-se afirmações como esta — «Os trabalhadores têm que trocar aumentos de salário pela manutenção dos empregos». (Adivinha-se a natureza dos consensos que se pretendem construir).

É ainda muito cedo para avaliar a eficácia das ideias e das práticas que estão por detrás da crise. O debate continua em aberto à espera de mais contribuições.

Adelino Fortunato

Pierre Sanchis — *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*. Publicações D. Quixote. Portugal de Perto, n.º 3 — «Biblioteca de Etnografia e Antropologia». Lisboa, 1982, 345 p.

Esta obra, «fragmento» de um fenómeno universal que é a festa popular, revela-nos, pela primeira vez, aspectos socio-antropológicos das romarias ou «peregrinações de perdão», até há bem pouco tempo, descritas de um ponto de vista puramente etnográfico.

Arraial: festa de um povo surge como um estudo, apresentando um carácter científico e, no entanto, capaz de interessar um vasto leque de leitores, muitos deles apenas interessados em conhecer melhor «Portugal de perto». Um livro com uma função cultural importante, paradigma de trabalhos científicos que merecem ser publicados.

Por estas duas razões o seu aparecimento não só foi oportuno, como extremamente estimulante.

Pierre Sanchis elaborou o estudo que serviu de base ao livro, entre 1971 e 1973, para uma tese de doutoramento em sociologia. A sua formação académica em Teologia, a sua experiência como professor e investigador — realizou pesquisas sobre a religiosidade popular no Brasil — na Universidade Federal de Minas Gerais, contribuíram seguramente para a escolha do tema da investigação realizada em Portugal.

No período em que Sanchis realizou as suas pesquisas, as romarias, como muitas outras formas de cultura popular, permaneciam «descritas» em obras de etnografia, cujos trabalhos mais importantes se devem ao Centro de Estudos Etnográficos, fundado em 1947 pelo Professor Jorge Dias. Tal facto explica as referências que o Autor faz no seu livro, nomeadamente, o apoio dado pelos investigadores deste Centro: Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamin Enes Pereira.

Nota-se em alguns capítulos do livro um certo pendor descritivo e etnográfico, mas a verdade é que, no conjunto, o peso é, vincadamente, sociológico. É o próprio Autor que refere «um carácter misto de descrição etnográfica e de esboço de análise sociológica».

Os métodos de pesquisa empregues assentaram, essencialmente, na observação participante: presença directa em várias romarias, feiras, santuários em dias de festa e fora dos períodos festivos, e ainda em análise documental: literatura etnográfica, documentos eclesiásticos, colecções de jornais dos anos 23/30.

O enfoque excessivo, ou melhor, exclusivo, dos espaços destinados às práticas festivas e a valorização apenas da informação

que lhes dizia respeito, determinará uma leitura imprecisa ou desajustada da realidade global ou englobante.

Não se nega que se investigue a partir da homologia existente entre a projecção simbólica da festa e os acontecimentos históricos, as estruturas sociais, económicas, políticas, mas a complexidade dessa interrelação obriga a que a abordagem científica se desdobre no(s) espaço(s) e tempo(s) construindo essa «totalidade».

Quanto à questão teórica que alicerça o trabalho, foi preocupação do Autor apresentá-la claramente, pelo que nos parece útil aqui referi-la:

«Quanto ao problema teórico que este livro procura colocar, mantém-se hoje em toda a sua totalidade. Parece-me duplo: por um lado o da cultura popular, por outro o da relação entre cultura e ideologia, que procuram evidenciar, sob ângulos e a níveis diversos as distinções frequentemente utilizadas no texto entre «nível antropológico» e «nível sociológico» de análise, entre perspectiva Durkheimiana e perspectiva Marxista, entre sentido e função, entre «definição» antropológica e inscrição no contrato social. Enfim, entre as reminiscências do passado (os «fantasmas do passado» de que fala Marx) cristalizadas nas categorias e atitudes colectivas no estado de «natureza histórica do grupo e a contínua criação social comandada sempre pelo jogo da dominação» (pág. 11).

A prévia formulação teórica de três conceitos chave: povo, ideologia e festa, completa o quadro conceptual do Autor e podem-se considerar os seus principais instrumentos de análise.

O conceito de Povo é formulado a partir da divisão dicotómica da Sociedade, gerada por uma dinâmica polarizante, que mantém permanentemente, por um lado, «forças de hegemonia» — classe dirigente ou dominante — e, por outro, forças de «resistência» ou de «reivindicação de autonomia» — o Povo.

Esta visão, correcta numa perspectiva de historicidade, apresenta dificuldades e limitações insuperáveis, quando serve de análise a um «dado momento histórico», protagonizado por forças inseridas em estruturas sociopolíticas e cristalizadas em grupos e classes.

O conceito de Ideologia aparece pouco preciso, mas a principal preocupação do Autor é encontrar o lugar que ocupa entre as duas forças antagónicas, sabendo que é através da ideologia que se projectam os modelos culturais (as visões do mundo de uma e de outra força), o aparecimento de dois sistemas de práticas e representações diferentes, mas comunicando entre si através de um sistema simbólico ambivalente, servindo não só como instrumento de conhecimento, mas também de dominação.

O conceito de Festa é o mais elaborado, apoiado nas teorias sociológicas clássicas e modernas. É Pierre Sanchis que interroga:

«Qual o lugar, na dinâmica social — e mais precisamente na «produção e reprodução da sociedade» — dos fenómenos de projecção social simbólica: ritos sociais, festa, sagrado; permitirão estas manifestações — e em que sentido — atingir uma realidade que se poderia dizer «popular» de que são feitas a existência e eventual estrutura desta realidade; em que medida dispõe o «povo» dos órgãos de comando de manifestações existenciais ao mesmo tempo expressas e constitutivas dele próprio; e em que condições, no decurso de uma dialéctica jamais interrompida de alienação e de libertação, poderá — a este nível — apropriar-se (reapropriar-se) da iniciativa, sempre de novo perdida, do seu destino colectivo?» (pág. 21 e 22).

A Romaria, expressão sacroprofana original na cultura popular, viu enriquecida a sua compreensão com este estudo. Contudo, ficam-nos reservas sobre as explicações encontradas por Pierre Sanchis para essa originalidade. O ritmo, a dimensão, os excessos da festa a que — ou a quem — se deve? O Autor responde hesitante, apoiado nos estudos do Prof. Jorge Dias sobre a personalidade de base do Povo Português que apresenta um resultado contraditório, subjectivo e mesmo grosseiro.

Muito mais seguro e convincente é o capítulo relativo ao estudo histórico das romarias. Numa viagem iniciada na proto-história apercebemo-nos dos vários fenómenos culturais que contribuíram para o seu aparecimento e crescimento.

As romarias, sendo uma herança cultural proveniente do «fundo da tradição», têm vindo dialecticamente a transformarem-se num processo de «replasmação» do velho no novo, como em todas as manifestações criativas de cultura e folclore. A ambivalência que caracteriza a romaria e que Pierre Sanchis tão bem soube retratar, reflecte o conflito permanente com origem em duas visões religiosas: a religião popular e a religião oficial.

Conflito agudizado a partir do séc. VI com a «grande fusão» provocada pela orientação missionária da religião oficial e no intuito de hegemonizar os «espaços» das festas populares e as suas manifestações sacroprofanas. Obrigadas a coexistir e a defrontarem-se, acabaram por orientar as práticas rituais e as acções simbólicas em direcções bem diferentes: a religião popular para uma economia de trocas, através da promessa, romaria e arraial; a religião oficial para a celebração, através da peregrinação religiosa.

Um dos contributos mais interessantes do trabalho de Sanchis é ter conseguido, em grande medida, conceptualizar as formas elementares da romaria, eixo central de toda a sua dissertação.

Para quem observou directamente as romarias na década de 70, era inevitável detectar as profundas transformações que só neste século se deram. Alterações exteriores como as formas de sociabilidade, repertório musical, indumentária, costumes particulares, dança e canto, são bem notórias e cada vez mais irão contrastar com as descrições etnográficas do princípio do século. No entanto, o estudo de Pierre Sanchis toca estruturas mais profundas: conflitualidade com a religião oficial e a estratégia desta em criar novos espaços exclusivamente religiosos, como Fátima ou a aproximação dos emigrantes (fenómeno hoje, comprovadamente, parcial) às estruturas religiosas oficiais; multiplicidade das funções sociais, cada vez menos ligadas aos mecanismos de solidariedade inter-comunitária e de nivelamento social, mas mais voltada para conversão de riqueza material em prestígio social ou reajustamento da identidade dos emigrantes; divisibilidade das práticas festivas sacroprofanas, com a tendência quer da igreja, quer de muitas associações cívicas em dividir a festa em duas partes distintas, a religiosa e a profana. Tal tendência (posta em dúvida actualmente) levaria a que surgissem, por um lado, peregrinações religiosas e, por outro, festas campestres em espaços e alturas diferentes; finalmente permeabilidade da economia de troca, forma pura de relacionamento social, integrada na lógica da troca-promessa, a formas mercantis, dissonantes da primeira.

A finalizar uma chamada de atenção para a tese de que as romarias representam o lugar privilegiado para continuar a manter viva e criativa a cultura popular, anulando, como até aqui, as ten-

tativas de dominação do poder e da religião oficial, usando como arma principal o sincretismo e sobretudo a reinterpretação.

A dimensão sociológica de muitas questões apontadas no livro de Pierre Sanchis sugere que se multipliquem ainda as investigações teóricas e as pesquisas de campo.

Raúl Caixinhas

Houston A. Baker, Jr., *The Journey Back: Issues in Black Literature and Criticism*, Chicago, Chicago University Press, 1983 [1980]

«And let no one be fooled by the fact that we may write in English, for we intend to do unheard of things with it.»

Chinua Acheeb

«...and I feel like traveling on...»

(Negro Spiritual)

Em fins de 1983 é reeditada, agora em *paperback*, a obra do crítico afro-americano Houston A. Baker, Jr., *The Journey Back: Issues in Black Literature and Criticism*. A oportunidade deste seu novo confronto com o público ressalta já no comentário que o conhecido académico americano, Sacvan Bercovitch, tecera à data da 1.ª edição: «The Journey Back is a landmark not only in the study of Black literature but in American studies in general. No one interested in our culture can afford to ignore it».

De facto, à data da sua publicação o livro de Houston Baker já foi recebido com grande aplauso, justificado não só pela promessa de qualidade, que a produção de carácter crítico-teorizante publicada anteriormente pelo autor já anunciara (*Long Black Song* [1972], *Singers of Daybreak* [1974]), como por vir demonstrar a enorme vitalidade intelectual e a permanente maturação de um estudioso (intitula-se a si mesmo «an author in transition»), que se entrega fascinado a uma viagem de reconhecimento das suas raízes. Viagem que é a grande metáfora da sua obra (atente-se só nos títulos *Long Black Song* e *Journey Back*), sentido de retorno sem se quedar no passado, antes avançando numa busca saudavelmente impaciente de quem partilha com o seu povo «the compelling necessity to make known black America's heroic acts of language and its attempts to humanize an oftentimes brutal and dehumanizing existence through the power of the word.» (167)

Empreende-se, pois, nesta obra, uma jornada «por dentro da língua» de uma cultura, entendidas estas duas instâncias (língua e cultura) como análogas, numa perspectiva holística que o autor designa como «antropologia da arte». Interpretando a cultura como uma organização holística da vida, envolvendo numa teia de correlações os diversos sistemas que normalizam a actividade e o comportamento dos indivíduos em sociedade, e a língua como um dos sistemas mais coerentes, a criação artística verbal tem de ser entendida nesse contexto.

A história-identidade do negro Americano surge assim como a busca incessante de uma visão ordenada do mundo («terms for

order», na designação de Keneth Burke) e de uma expressão adequada para essa visão. Ora, essa busca, muitas vezes, é retrospectiva, correndo sempre o risco de deparar com o caos.

Originários de povos africanos com culturas próprias e diversas entre si, artificialmente deslocados para uma sociedade estranha e hostil, quebrados os seus laços comunitários, os escravos foram também artificialmente «massificados» como criaturas inferiores, desprovidas de qualquer humanidade. Assim se explica toda uma estratégia de sobrevivência e preservação das suas formas culturais, ironicamente feita através do instrumento de dominação mais subtil — a língua.

É a este filão que Houston Baker vai buscar a sua tese: o difícil processo de aculturação e as tensões acumuladas no longo caminho da conquista da palavra; a fenda sub-repticiamente aberta pelo negro no sistema linguístico dominante e a construção «clandestina» de um código semântico próprio, capaz de preservar uma imagem autêntica de si, que escapa a um dia-adia de violentação e silenciamento.

Diz Houston Baker, numa entrevista publicada pelo *Black American Literature Forum* em 1982, que o estudo da literatura afro-americana necessita urgentemente de uma teorização adequada, mas que qualquer teoria que, na década de 80, não tome em conta a tradição oral da cultura afro-americana é uma teoria inútil⁽¹⁾. É que, para o escravo arredado politicamente do domínio da escrita, o princípio era a oralidade, e só depois a assunção da palavra em toda a sua plenitude.

O crítico, investido com a dupla responsabilidade-privilegio de observador e participante («he both perceives and half creates»), assume, tal como Baker, o seu quinhão na tarefa colectiva de descrever e interpretar uma literatura e uma cultura afro-americanas, revelando a originalidade da sua tradição. É nesta linha que ganha significado o «voltar atrás», para olhar de novo a expressividade cultural de um povo e, reconstruindo um contexto produtor de sentido, reavaliar os contributos, parcelares todos eles, mas todos eles também indispensáveis, dos artistas da palavra.

Houston Baker percorre as primeiras narrativas e poemas de escravos perfeitamente aculturados até à conquista da palavra e, com ela, da emancipação, no registo autobiográfico de Frederick Douglass. Acomoda vozes tão diferentes como a de um Booker T. Washington e a dos poetas de Harlem, (todos eles afinal acrescentaram dados novos à viagem «por dentro da língua!»). Na década de 50 encontra, pela primeira vez, um grupo mais ou menos coeso de escritores capaz de chamar a si um público negro. Analisa o discurso optimista, imbuído dos ideais de uma democracia pluralista, que o Richard Wright de *White Man, Listen!* acreditou poder antever na decisão do Supremo Tribunal ao denunciar a doutrina do «separate but equal», na movimentação pacifista de Luther King, na libertação de algumas colónias africanas; compara-o ao idealismo transcendental de um Baldwin da primeira fase e ao esteticismo ocidentalizado de um Ralph Ellison. Entra nas décadas decisivas de 60 e 70, inflamadas pelo discurso romântico e marxizante do nacionalismo da «Black Aesthetic», que acompanha o grito pelo «Black Power» e com ele se confunde («Black

⁽¹⁾ Jerry W. Ward, Jr., «A Black and Crucial Enterprise: An Interview with Houston A. Baker, Jr.», *Black American Literature Forum*, 16,2 (Summer 1982), 56.

Art is the aesthetic and spiritual sister of the Black Power concept», dizia Larry Neal, «there is only life, and its many registrations», afirmava Amiri Baraka). Detem-se na voz agressiva, militante, de Baraka e na sua proposta de uma «nova nação». («It's Nation Time»). Vê-o crescer com a própria América negra, com os seus desencantos, as suas meias conquistas, as suas rupturas. Analisa a evolução de um Baldwin ou de uma Gwendolyn Brooks com os dados novos de 60.

Está conquistado um público negro, e é para ele que o artista produz. Para Baraka tem que se começar do zero, para outros apenas a cultura de raiz popular — a música, o conto popular, a oratória, o sermão — é repositório de valores autênticos.

As décadas de 60 e 70 não são produtivas só a nível teórico, com o lançamento de bases programáticas de uma nova estética. É a arte vivida na rua, embrenhando-se numa viagem até às raízes, por isso vai bem fundo, até à oralidade, à vivência comunitária da tribo, à dramatização do acto artístico transformado em acto público (*performance*), à comunicação íntima entre produtor e receptor, que numa criatividade recíproca se confundem, reinstalando o modelo primário da «call and response»: — «the writer thus becomes an active tradition bearer».

Houston Baker perspectiva a história e as conquistas do Movimento. Ele é um homem que viveu a década de 60 e herdou o legado do Nacionalismo Negro, inventor de um discurso novo para uma alteração radical da imagem da América negra. Perspectiva também o fracasso desse projecto, o desencanto que se lhe sucedeu, o silenciamento ou a radicalização à direita de muitos dos seus mentores. Não se detem, como outros, nas fraquezas ou inconsistências de um suporte teórico para explicar essa mudança. Desmistifica, sim, um sistema de dominação maquiavelicamente bem montado: a onda de repressão sancionada pelas altas esferas do poder, o acesso à universidade, que não está calculada para preparar o Afro-Americano para a assunção da sua cultura, a inserção na academia e os compromissos que acarreta e que dão origem a uma elite neocolonial negra, que se vai deixando alienar da sua comunidade... e a viagem para muitos deixa de ser «a return home».

Baker redime a «Black Aesthetic». Analisa minuciosamente o seu discurso novo que, com a palavra elevada ao estatuto de realidade primária, pôs a história em movimento. Só que faltou a presença bem definida de um referente concreto e palpável. Sem um plano de acção, a «New Nation» de Baraka, o «Black Arts Movement» de Larry Neal, a «Black Aesthetic» de Addison Gayle correram o risco de se esfumar num discurso do desejo. Baker vê isto como característica recorrente na tradição da crítica literária negra: os textos são sempre objecto de um juízo enformado por qualquer idealização do mundo.

Houston Baker propõe para a crítica literária afro-americana na década de 80 — e *Journey Back* surge oportunamente na abertura da década — uma atitude mais calma e rigorosa. Certo de que ganhou com os dados do passado, projecta no futuro a necessidade de formular quadros teóricos seguros e adequados, que permitam interpretar as manifestações expressivas da América negra e a retirar os seus significados de um contexto cultural próprio. Houston Baker escolhe uma via interdisciplinar, ancorando-se nos métodos e dados de linguística, da antropologia, da filosofia da linguagem, da psicologia, da fenomenologia da crítica literária. É nessa linha, a da chamada «antropologia da arte», que ele vê o futuro da crítica literária afro-americana.

Em 1981, num artigo que publica no *Black American Literature Forum*, «Generational Shifts and the Recent Criticism of Afro-American Literature», Baker traça uma panorâmica das últimas quatro décadas de crítica literária afro-americana ⁽²⁾. Analisa o percurso desde a «poética integracionista» de fins da década de 50 e princípios de 60, passando pela «Black Aesthetic» de fins de 60 a princípios de 70, até à «metafísica aristotélica» da chamada «Reconstruction of Instruction» de fins de 70 ⁽³⁾. Trata-se, neste último caso, de uma corrente formalista, na linha do «New Criticism» que se aplica num projecto de «reconstrução» do estudo e pedagogia da literatura afro-americana, aproveitando dados da investigação recente mais avançada no campo da teoria e crítica literárias. Baker demarca-se desta tendência por a considerar acrítica em relação à realidade do negro americano e colonizada pelos modelos teóricos brancos, produto afinal do profissionalismo exagerado de uma nova classe média negra, ávida de reconhecimento académico na instituição universitária americana. Houston Baker reconhece-se antes herdeiro da «Black Aesthetic», dentre a qual salienta o contributo de Stephen Henderson, com a sua perspectiva antropológico-cultural, embora demonstre em relação a ela o necessário distanciamento crítico e lhe acrescente novos dados.

Em fins de 83, a «antropologia da arte» de Houston Baker torna-se cada vez mais eclética, parecendo querer reconciliar dois projectos aparentemente irreconciliáveis: compreender e descrever a raiz profundamente original da cultura afro-americana, através dos dados da mais avançada investigação das ciências sociais e humanas da cultura ocidental. A sua perspectiva interdisciplinar socorre-se da sociologia, da economia, da política e da ideologia.

Esta trajectória, que promete desenvolvimento alargado na obra anunciada para breve com o título de *The Afro-American Matrix*, inicia-se num artigo publicado há cerca de um ano nas páginas da conceituada revista académica norte-americana *P M L A*. Movendo-se entre uma leitura freudiana e uma leitura materialista, Houston Baker define para si próprio toda a etiqueta do relacionamento social entre brancos e negros numa sociedade racista e capitalista. Por detrás da pose do negro, o autor desvenda o modelo, a matriz de toda a sua cultura — os *blues* — em si manifestando uma subtil dualidade: a condição sócio-económica do oprimido e a forma sagaz de tirar partido dela, a expressão espontânea de uma criatividade individual e a necessidade de a «vender» como entretenimento de um público branco.

Os *blues* combinam em si, afinal, a tal visão ordenada do mundo, pela qual o negro anseia, e a expressão que melhor se lhe adequa. Só que a ordem possível não é o reverso do caos, mas sim a ordem que se aprendeu a viver dentro do caos, e a expressão adequada ilude toda a gramática e esconde-se nas entrelinhas. Os *blues* nasceram, de facto, como expressão oral espontânea, não contaminada, como no caso do registo escrito, pela norma da língua inglesa (a língua e a visão do dominador). Essa margem da liberdade possível, vivida dentro da língua, é conquistada pelo negro à custa da aceitação de

⁽²⁾ *Black American Literature Forum*, 15,1 (Spring, 1981), 3-21.

⁽³⁾ A denominação desta corrente deriva da publicação, em fins da década de 70, da obra, organizada por Dexter Fisher e Robert B. Stepto, *Afro-American Literature: The Reconstruction of Instruction*, (Modern Language Association of America, 1979).

uma imagem distorcida de si, forjada pelo racismo e consolidada pelo capitalismo. Desde o escravo, que era chamado para divertir o senhor da plantação e as suas visitas, ao *entertainer* procurado no Harlem do pós-guerra, como escape para o tédio da burguesia branca: em qualquer dos casos se exemplifica um gesto (que seria ritual, se não fosse paródia) de auto-preservação da integridade pessoal e de obtenção de lucro económico e de conquista de poder. Chega-se assim à possibilidade, explorada por Baker, de uma análise ideológica que concilia, no contexto de uma sociedade capitalista e colonialista, o estatuto da expressividade do negro como mercadoria e como acto criativo, definidor de uma identidade que, paradoxalmente, nasce na «mentira» do uso de uma máscara. O escritor é assim, a um tempo, o *blues-singer* e o comerciante que, para «vender» a sua produção artística, usa conscientemente os modelos ocidentais, mas nem por isso se deixa alienar, transformando o uso da máscara num acto estético.

Curiosamente Houston Baker, como crítico literário e estudioso da cultura, assume toda essa pose: a pose de um *blues-singer*, fazendo a sua propaganda para apresentar a sua crítica como a alternativa para 80, e reservando para si e para o seu povo a liberdade de uma tradição original.

Ler Houston A. Baker, Jr. é um desafio estimulante, mas sub-sistem-se reticências quanto aos seus métodos e ilações. Não deixo de referir dois aspectos cruciais: por um lado, todo o manancial de discursos-modelos, que o seu próprio discurso absorve, na linha da tal opção interdisciplinar de uma «antropologia da arte», impressiona-me por vezes como excessivo e redundante, e não tão produtivo como o autor defende. Querer abarcar todo o intrincado sistema de relações que envolvem a pessoa humana no seu estar no mundo é tarefa ambiciosa, que me parece sintoma da fatal angústia do crítico literário. Inseguro no seu terreno, (por pouco científico?), busca esteios noutras ciências ou deixa-se resvalar para uma deformação profissional. Ao lidar com palavras adquire-se o gosto (ou vício) de jogar com elas e corre-se o risco de as tornar nas tais «realidades primárias», na ânsia de inventar um discurso próprio, rigoroso, coerente. Efectivamente a situação agudiza-se para os estudos afro-americanos, tão recentemente constituídos e ainda a viver em pleno um processo de consolidação.

Por outro lado, o sentido de «missão» que norteia intelectuais e artistas afro-americanos, e se manifesta em Houston Baker na preocupação vincada de exaltar a sua própria cultura e a definir pela «diferença», pode levar, e fá-lo explicitamente por vezes, a transformar a literatura afro-americana num lugar para iniciados. Exceptuando o próprio negro, ninguém mais poderá, segundo Baker, captar o significado da mensagem. Eu aqui perguntaria: Será que alguém pode ousar afirmar que algum dia entendeu plenamente a mensagem de um qualquer texto literário, de uma qualquer literatura, em qualquer tempo, em qualquer parte do mundo?

Maria Isabel Caldeira

(*) H. Baker, «To Move without Moving: An Analysis of Creativity and Commerce in Ralph Ellison's Trueblood Episode» *PMLA*, 98, 5 (October 1983), 828-45.